



RSM ACAL
Auditores Independentes S/S

ADC 006/2013

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 dezembro de 2012

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Em cumprimento às disposições legais, a Senior Solution S.A., principal provedora brasileira especializada em tecnologia para o mercado financeiro, submete à apreciação de seus acionistas e demais interessados o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Oferta Pública de Ações – IPO (*Initial Public Offering*)

Nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e no artigo 53 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), foi requerido pela Companhia e seus acionistas, em 19 de dezembro de 2012, perante a CVM o registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 4.827.585 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, compreendendo: (i) a distribuição pública primária de 3.448.275 ações ordinárias emitidas pela Companhia, e (ii) a distribuição pública secundária de 1.379.310 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores.

Os recursos líquidos captados na oferta primária serão empregados na ampliação de nossa participação no mercado de software aplicativo para o setor financeiro, da seguinte forma: (i) potenciais aquisições de empresas que possam ser consideradas estratégicas para a expansão dos negócios da Companhia, tanto no Brasil como no exterior; (ii) pesquisa e desenvolvimento de produtos (softwares) e serviços; e (iii) capital de giro.

Plano Brasil Maior

Em agosto de 2011 o governo federal anunciou o Plano Brasil Maior trazendo algumas medidas que alteraram a metodologia de incidência do INSS patronal da folha de pagamento. Por meio da Lei nº 12.546/2011, conversão da Medida Provisória nº 540/2011, foi determinada a substituição da alíquota de 20% sobre a remuneração dos empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais. Assim, INSS patronal de 20% deverá ser substituído pela contribuição incidente sobre a receita bruta auferida por empresas que exploram determinadas atividades. Para as empresas de tecnologia da informação (TI) e de tecnologia da informação e comunicação (TIC) a alíquota a ser aplicada é a de 2,5% sobre o faturamento. O prazo de vigência do Plano será de 01 de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2014.

Entretanto, foi aprovado em 03 de abril de 2012 a Medida Provisória nº563/2012 que, dentre outras matérias, alterou a alíquota aplicada sobre o faturamento para 2,0%. Esta alteração entrou em vigor a partir de 01 de agosto de 2012. Este incentivo trará benefícios econômicos para as empresas do Grupo, reduzindo o impacto previdenciário sobre os custos com pessoal, nosso principal fator de produção.

Incorporação da Controlbanc

Outro fato importante ocorrido durante o ano foi à incorporação da Controlbanc pela Controlpart. A Controlpart Consultoria e Participações Ltda. (“Controlpart”) é a sociedade controladora da Controlbanc Consultoria Ltda. (“Controlbanc”), com participação de 97,91% sobre o capital social da investida no momento da incorporação.

Visando a otimização administrativa e operacional, foi realizado a incorporação integral da Controlbanc por sua controladora Controlpart em 30 de abril de 2012. A presente incorporação integral tem como objetivo a redução dos custos de manutenção e Administração de duas sociedades distintas, consolidando-as em uma única empresa.

As partes são empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial e com interesses e investimentos no mesmo ramo de atividade. Segundo a Administração da Companhia a incorporação trará benefícios aos sócios da incorporada, tanto na ordem administrativa como econômica, pois permitirá a união das forças e do patrimônio das empresas, um melhor aproveitamento dos recursos das partes envolvidas e o aumento da sinergia empresarial.

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL CONSOLIDADO

Receita Operacional Líquida

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 46,246 milhões, um aumento de 19,3% em relação ao ano anterior (R\$ 38,748 milhões).

Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelas Unidades de Software e Outsourcing, que apresentaram incrementos de 34,1% e 38,7%, respectivamente, com aumento das receitas recorrentes. A crescente preocupação com redução de custos e aumento da eficiência operacional por parte das instituições do mercado financeiro no Brasil tem impactado positivamente as vendas da Companhia, havendo maior demanda por serviços terceirizados no que tange a tecnologia da informação.

Na Unidade de Serviços houve crescimento de 9,2% da receita operacional líquida, em decorrência do aumento do volume de horas contratadas em suas atividades.

Em comparação com o exercício anterior, as receitas da Unidade de Consultoria apresentaram redução de 30,5%, como consequência da redução do número de projetos executados. A Companhia vem integrando de forma gradual as soluções e serviços de consultoria às outras unidades de negócio. Esta estratégia visa aprimorar a inteligência do negócio financeiro aos serviços e produtos oferecidos pela Senior. Desta forma, é natural que as receitas desta unidade apresentem redução, até ser incorporada integralmente.

Assim, a Unidade de Software encerrou o exercício de 2012 com receita operacional líquida de R\$ 18,927 milhões, a Unidade de Outsourcing com R\$ 13,600 milhões, a Unidade de Serviços com R\$ 9,389 milhões e a Unidade de Consultoria com receita operacional líquida de R\$ 4,330 milhões.

A média de incidência de impostos sobre as vendas no exercício foi de 7,9%, abrangendo o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social) e o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Com base no Plano Brasil Maior anunciado pelo governo federal, foi determinada, por meio da Lei nº 12.546/2011, a substituição da alíquota de 20,0% sobre a remuneração dos empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais, por contribuição de 2,0% incidente sobre a receita bruta auferida por empresas que exploram determinadas atividades. A Companhia, por entender que a natureza deste imposto se refere a uma extensão dos custos trabalhistas, classifica os montantes apurados como custo ou despesa de salários com pessoal, não impactando a comparabilidade das informações financeiras. O montante do imposto foi de R\$ 1,148 milhão em 2012.

Custo dos Serviços Prestados e Lucro Bruto

O custo dos serviços prestados e os gastos com pesquisa e desenvolvimento atingiram R\$ 27,066 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Desta forma, a Companhia encerra o exercício com um lucro bruto acumulado de R\$ 19,179 milhões, representando um acréscimo de 20,9% em comparação com o exercício anterior e com uma margem bruta consolidada de 41,5%, representando 0,5 pontos percentuais acima da margem bruta do exercício anterior.

Em relação às margens de contribuição por Unidade de Negócio, os destaques foram o aumento de 4,1 pontos percentuais da margem de contribuição da Unidade de Outsourcing, aumento de 3,3 pontos percentuais da margem de contribuição da Unidade de Consultoria e de 2,9 pontos percentuais da Unidade de Software. A Unidade de Serviços apresentou redução da margem de contribuição de 1,7 ponto percentual. Em 2011 a Companhia concluiu uma readequação da força de trabalho em todos os níveis e áreas, simplificando o organograma da área operacional e eliminando níveis hierárquicos. Essas ações resultaram numa estrutura compatível com o crescimento verificado em 2012. Assim, a Unidade de Software encerrou o exercício de 2012 com margem de contribuição de 54,7%, a Unidade de Serviços com 33,1%, a Unidade de Outsourcing com margem de 18,4% e, por último, a Unidade de Consultoria com margem de contribuição de 34,2%. Para o cálculo do resultado da Unidade de Consultoria, são considerados como custo os dividendos pagos aos seus quotistas minoritários.

Os investimentos em pesquisas e desenvolvimento de produtos não são capitalizados pela Companhia, sendo registrados diretamente no resultado no momento em que ocorrem, impactando a margem de contribuição da Unidade de Software. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante desses investimentos somou R\$ 2,180 milhões, representando 4,7% da receita operacional líquida consolidada e 11,5% da receita operacional líquida da Unidade de Software. Em 31 de dezembro de 2011 o montante dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 1,092 milhão, que representou 2,8% da receita operacional líquida consolidada e 7,7% da receita operacional líquida da Unidade de Software daquele ano.

Despesas Operacionais Líquidas

As despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 10,879 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentando uma redução de 2,0% em relação ao exercício anterior. Essas despesas representaram 23,5% da receita operacional líquida consolidada, contra 28,7% no ano de 2011.

A variação deveu-se ao mencionado processo de readequação da força de trabalho em todas as áreas e à diminuição de gastos com serviços de assessoria e consultoria de naturezas contábil, jurídica e administrativa.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido antes das receitas e despesas financeiras, da contribuição social e do imposto de renda, da depreciação e amortização e da participação dos minoritários. O EBITDA não deve ser considerado como um indicador de desempenho operacional da Companhia, em substituição ao lucro líquido, ou como uma alternativa ao fluxo de caixa, para a análise do impacto em sua liquidez.

A Administração da Companhia acredita que esta forma de cálculo do EBITDA é a que melhor se aproxima do indicador de desempenho operacional, demonstrando de forma consolidada, ou seja, não excluindo possível participação de minoritários, a geração de caixa da operação. Entretanto, ressalta-se que o EBITDA não é uma medida estabelecida de acordo com as práticas contábeis vigentes adotadas no Brasil e pode ser definido e calculado de maneira diversa por outras empresas.

Como reflexo das variações apresentadas nas seções anteriores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o EBITDA da Companhia foi de R\$ 9,089 milhões, montante 1,5 vezes superior ao valor do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Em relação à receita operacional líquida consolidada, a margem de EBITDA foi de 19,7%, um avanço de 4,5 pontos percentuais em relação aos 15,1% do mesmo exercício do ano anterior.

Para calcular o EBITDA Ajustado, foi deduzido do EBITDA o valor correspondente à distribuição diferenciada de dividendos em favor dos quotistas minoritários da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e de sua controlada Controlbanc Consultoria Ltda. (incorporada em abril de 2012). Esses quotistas minoritários são também executivos das controladas mencionadas anteriormente e fazem jus a participação nos resultados das operações. O EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$ 6,710 milhões, montante 1,7 vezes superior ao valor do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Em relação à receita operacional líquida consolidada, a margem de EBITDA Ajustado foi de 14,5%, um avanço de 4,3 pontos percentuais em relação aos 10,2% do exercício anterior.

A Companhia incorreu em despesas não recorrentes ao longo do exercício analisado no montante de R\$ 396 mil, valor decorrente, principalmente, dos processos de listagem e de oferta pública ao longo de 2012. Entretanto, de acordo com a Instrução CVM nº 527 de 04 de outubro de 2012, estes gastos não podem ser desconsiderados para fins de cálculo do EBITDA Ajustado da Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi positivo em R\$ 106 mil, uma diferença de R\$ 998 mil em relação ao resultado negativo do mesmo exercício de 2011 (R\$ 1,103 milhão).

Esse desempenho deve-se, principalmente, à receita financeira proveniente do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 696 mil, relativo ao novo financiamento realizado junto ao BNDES, sendo o quarto Prosoft da Companhia. A Lei 11.638/07, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 12, passou a exigir a obrigatoriedade do ajuste a valor presente nos realizáveis e exigíveis a longo prazo e, havendo efeitos relevantes, também nos de curto prazo. No cálculo do valor justo desses ativos e passivos, aplica-se uma taxa de desconto que mais se coaduna com o risco da Companhia na data inicial do contrato.

Resultado Líquido

O lucro líquido atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 6,021 milhões (lucro por ação de R\$ 0,73), um resultado R\$ 3,676 milhões superior ao lucro líquido do mesmo exercício do ano anterior de R\$ 2,345 milhões (lucro por ação de R\$ 0,29).

Desta forma, a margem líquida da Companhia neste exercício foi de 13,1%, enquanto que a margem líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de 6,1%, uma diferença de 7,0 pontos percentuais.

Liquidez e Endividamento

A disponibilidade financeira consolidada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 14,153 milhões. As aplicações financeiras representavam 82,4% desta disponibilidade, estando registradas integralmente no circulante.

O endividamento bancário bruto consolidado atingiu, nessa mesma data, o montante de R\$ 9,623 milhões, estando R\$ 2,161 milhões (22,5%) registrados no passivo circulante e R\$ 7,463 milhões (77,5%) no passivo não circulante. Os indexadores do endividamento bancário bruto consolidado foram:

- TJLP mais taxa fixa de 1% a.a. para financiamentos do BNDES (Prosoft III e IV);
- TJLP mais taxa fixa de 6,9% a.a. para financiamentos FINAME;
- taxa fixa de 11,8% a.a. para o financiamento do Cartão BNDES;
- taxa fixa de 12,9% a.a. para o contrato de empréstimo

Assim, a Companhia encerra o exercício de 2012 com caixa líquido consolidado de R\$ 4,529 milhões. A relação entre este valor e o EBITDA Ajustado no exercício dos últimos 12 meses (R\$ 6,710 milhões), ficou em menos 0,67 vezes, inferior ao índice positivo de 0,83 vezes do final de 2011.

A Companhia também possui, como parte do seu endividamento, obrigações registradas em seu passivo provenientes de aquisição de empresas no montante de R\$ 2,842 milhões, sendo R\$ 521 mil registrados no passivo circulante e R\$ 2,321 milhões registrados no passivo não circulante. Considerando esse passivo, o caixa total líquido consolidado foi de R\$ 1,687 milhão.

Patrimônio Líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido atingiu R\$ 14,110 milhões (valor patrimonial por ação de R\$ 1,72), 36,0% superior ao patrimônio líquido alcançado ao final do ano de 2011, correspondente a R\$ 10,375 milhões (valor patrimonial por ação de R\$ 1,26).

A variação do patrimônio líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 deve-se à: (i) adição de R\$ 6,021 milhões referente ao lucro líquido do exercício, (ii) redução de R\$ 2,379 milhões referente a distribuição de dividendos efetuada aos quotistas minoritários das empresas investidas Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e sua controlada Controlbanc Consultoria Ltda. (incorporada em abril de 2012) e (iii) transação de alienação de ações em tesouraria de empresa controlada e resultado de incorporação de investida indireta, que totalizaram R\$ 93 mil.

Instrução CVM nº 381/2003

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **SENIOR SOLUTION S.A.** ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da **SENIOR SOLUTION S.A.** e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SENIOR SOLUTION S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SENIOR SOLUTION S.A.** e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

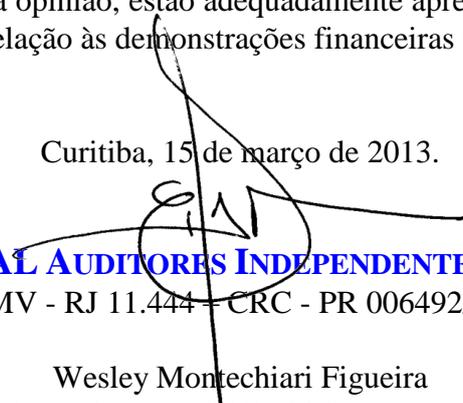
Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1 (b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **SENIOR SOLUTION S.A.**, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos, informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de março de 2013.



ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CMV - RJ 11.444 - CRC - PR 006492/F-5

Wesley Montechiari Figueira
Sócio Diretor - CRC- PR 038.884/0-7

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(em reais)

ATIVO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
ATIVO				
Circulante				
Disponibilidades (nota 5)	13.248.387	1.302.344	14.152.700	1.784.513
Contas a receber (nota 6)	2.475.084	2.059.697	3.288.118	4.073.319
Despesas antecipadas (nota 7)	70.155	13.290	296.751	148.142
Impostos a recuperar (nota 8)	375.239	2.106.325	1.400.764	3.312.919
Outros créditos a receber (nota 9)	56.617	22.363	72.174	38.523
Total do ativo circulante	<u>16.225.482</u>	<u>5.504.019</u>	<u>19.210.507</u>	<u>9.357.416</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (nota 10)	1.113.968	318.626	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	1.545.685	1.656.432	3.577.063	3.867.687
Investimentos (nota 11)	3.359.400	4.367.943	-	-
Imobilizado (nota 12)	535.424	709.137	645.369	859.766
Intangível (nota 13)	10.228.862	10.727.715	10.271.264	10.788.096
Total do ativo não circulante	<u>16.783.339</u>	<u>17.779.853</u>	<u>14.493.696</u>	<u>15.515.549</u>
Total do ATIVO	<u>33.008.821</u>	<u>23.283.872</u>	<u>33.704.203</u>	<u>24.872.965</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(em reais)

PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	2.160.622	1.984.116	2.160.622	3.125.280
Fornecedores e prestadores de serviços	309.176	263.914	391.352	468.511
Adiantamento de cliente (nota 15)	10.656	1.947	10.675	9.219
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas (nota 16)	2.809.327	1.767.924	3.728.417	2.445.330
Obrigações tributárias (nota 17)	963.949	445.363	1.173.378	952.264
Obrigações por aquisição de investimento (nota 18)	521.025	634.706	521.025	634.706
Total do passivo circulante	6.774.755	5.097.970	7.985.469	7.635.310
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	7.462.808	1.930.777	7.462.808	1.930.777
Provisão para contingências (nota 19)	1.446.595	1.386.695	1.446.595	1.386.695
Partes relacionadas (nota 10)	893.432	1.529.049	-	-
Obrigações por aquisição de investimento (nota 18)	2.321.218	2.964.344	2.321.218	2.964.344
Total do passivo não circulante	12.124.053	7.810.865	11.230.621	6.281.816
Participação minoritária	-	-	378.100	580.802
Patrimônio líquido (nota 20)				
Capital social	10.495.351	10.495.351	10.495.351	10.495.351
Reserva de capital	1.527.489	1.434.630	1.527.488	1.434.630
Ajuste de avaliação patrimonial	2.979.075	3.900.902	2.979.075	3.900.902
Lucros (Prejuízos) acumulados	(891.902)	(5.455.846)	(891.901)	(5.455.846)
Total do patrimônio líquido	14.110.013	10.375.037	14.110.013	10.375.037
Total do PASSIVO	33.008.821	23.283.872	33.704.203	24.872.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(em reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Serviços prestados	36.415.588	24.801.216	50.213.625	41.932.045
Impostos sobre vendas e outras deduções	(2.859.706)	(1.880.260)	(3.968.124)	(3.183.798)
Receita operacional líquida (nota 22)	33.555.882	22.920.956	46.245.501	38.748.247
Custo dos serviços prestados (nota 23)	(15.875.404)	(11.730.078)	(24.886.725)	(21.791.334)
Custo com pesquisa e desenvolvimento	(2.179.597)	(1.006.240)	(2.179.597)	(1.092.486)
LUCRO BRUTO	15.500.881	10.184.638	19.179.179	15.864.427
Receitas (despesas) operacionais				
Publicidade e propaganda	(152.205)	(70.005)	(163.780)	(225.606)
Gerais e administrativas (nota 24)	(8.319.515)	(7.591.472)	(9.926.104)	(9.759.556)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	1.157.549	4.245.977	-	-
Depreciação e amortização (notas 12, 13)	(728.367)	(1.026.415)	(788.841)	(1.106.788)
Outras (despesas) operacionais	(407)	(7.056)	(525)	(9.888)
Total das despesas operacionais	(8.042.945)	(4.448.971)	(10.879.250)	(11.101.838)
Resultado operacional antes dos efeitos	7.457.936	5.735.667	8.299.929	4.762.589
Resultado financeiro líquido (nota 25)	193.132	(1.006.235)	105.691	(1.103.427)
RESULTADO OPERACIONAL	7.651.068	4.729.432	8.405.620	3.659.162
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.558.924)	-	(2.378.675)	(534.579)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(71.331)	(2.384.799)	(74.654)	(173.544)
Resultado depois do imposto de renda e	6.020.813	2.344.633	5.952.291	2.951.039
Participação minoritária nos resultados	-	-	68.522	(606.406)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.020.813	2.344.633	6.020.813	2.344.633
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO (nota 27)	0,73	2,29	0,73	2,29
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO (nota 27)	0,71	2,22	0,71	2,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO
DE 2011 E DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	10.495.351	1.434.630	4.391.368	(6.379.415)	9.941.934
Prejuízo do exercício	-	-	-	(100.923)	(100.923)
Dividendos distribuídos (i)	-	-	-	(446.526)	(446.526)
Saldos em 31 de Março de 2011	10.495.351	1.434.630	4.391.368	(6.926.864)	9.394.485
Lucro líquido do exercício	-	-	-	670.613	670.613
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	557.978	-	557.978
Dividendos distribuídos (i)	-	-	-	(451.567)	(451.567)
Saldos em 30 de Junho de 2011	10.495.351	1.434.630	4.949.346	(6.707.818)	10.171.509
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.003.907	1.003.907
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(708.047)	-	(708.047)
Dividendos distribuídos (i)	-	-	-	(477.080)	(477.080)
Saldos em 30 de Setembro de 2011	10.495.351	1.434.630	4.241.299	(6.180.991)	9.990.289
Lucro líquido do exercício	-	-	-	771.036	771.036
Ajuste a valor presente	-	-	(316.922)	316.922	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(23.475)	173.544	150.069
Dividendos distribuídos (i)	-	-	-	(536.357)	(536.357)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	10.495.351	1.434.630	3.900.902	(5.455.846)	10.375.037

- (i) A empresa investida Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e sua controlada Controlbanc Consultoria Ltda. (incorporada em abril de 2012) distribuíram a seus quotistas minoritários dividendos ao longo ano de 2011, conforme Atas de Reunião de Quotistas devidamente registradas. Isso representou um impacto no patrimônio líquido consolidado da Companhia no montante de R\$ 1.911.530. De acordo com o Contrato Social da empresa, os lucros deverão ser preferencialmente distribuídos na proporção da participação dos sócios no capital social. Todavia, por deliberação dos sócios representando a totalidade das quotas representativas do capital social, os lucros poderão ser distribuídos desproporcionalmente.

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	10.495.351	1.434.630	3.900.902	(5.455.846)	10.375.037
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.459.274	1.459.274
Prêmio por aquisição de ações em tesouraria de investida (ii)	-	99.681	-	-	99.681
Dividendos distribuídos (i)	-	-	-	(660.529)	(660.529)
Saldos em 31 de Março de 2012	10.495.351	1.534.311	3.900.902	(4.657.101)	11.273.463
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.159.815	2.159.815
Ajuste a valor presente (iii)	-	-	(137.578)	137.578	-
Diluição por incorporação de investida (iv)	-	(6.935)	-	-	(6.935)
Dividendos distribuídos (i)	-	-	-	(631.070)	(631.070)
Saldos em 30 de Junho de 2012	10.495.351	1.527.376	3.763.324	(2.990.778)	12.795.273
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.363.131	2.363.131
Ajuste a valor presente (iii)	-	-	(57.263)	57.263	-
Dividendos distribuídos (i)	-	-	-	(603.782)	(603.782)
Saldos em 30 de Setembro de 2012	10.495.351	1.527.376	3.706.061	(1.174.166)	14.554.622
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.593	38.593
Ajuste a valor presente (iii)	-	-	(726.986)	726.986	-
Ganho (perda) no aumento de participação controlada (v)	-	113	-	-	113
Dividendos distribuídos (i)	-	-	-	(483.315)	(483.315)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	10.495.351	1.527.489	2.979.075	(891.902)	14.110.013

- (i) A empresa investida Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e sua controlada Controlbanc Consultoria Ltda. (incorporada em abril de 2012) distribuíram a seus quotistas minoritários dividendos ao longo do exercício de 2012, conforme Atas de Reunião de Quotistas devidamente registradas. Isso representou um impacto no patrimônio líquido consolidado da Companhia no montante de R\$ 2.378.696. De acordo com o Contrato Social daquelas empresas, os lucros deverão ser preferencialmente distribuídos na proporção da participação dos sócios no capital social. Todavia, por deliberação dos sócios representando a totalidade das quotas representativas do capital social, os lucros poderão ser distribuídos desproporcionalmente.
- (ii) A Controladora Senior Solution S.A. adquiriu, em 01 de janeiro de 2012, a totalidade das ações em tesouraria da empresa Senior Consultoria em Informática S.A., representadas por 23.454 ações ao valor unitário de R\$ 5,11. Uma vez que o acionista minoritário não exerceu sua opção de compra na proporção de sua participação do patrimônio líquido da empresa investida, a Companhia registrou um prêmio na operação proveniente do aumento de sua participação patrimonial.
- (iii) Refere-se à realização parcial do saldo de ajuste a valor presente reconhecido na adoção inicial do CPC 12. De acordo com este pronunciamento contábil, os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.
- (iv) Em 16/05/2012, os quotistas da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e da Controlbanc Consultoria Ltda. aprovaram a incorporação da empresa Controlbanc pela Controlpart. As condições da referida incorporação foram estabelecidas no Protocolo de Justificação de Incorporação, firmado em 30/04/2012. Com esta operação, a empresa investida Controlbanc Consultoria Ltda. deixou de existir e o capital social da incorporadora passou a ser composto por 699.990 quotas, enquanto que a participação da Companhia Senior Solution S.A. passou de 100% para 97,91%, devido à inclusão dos quotistas minoritários da empresa incorporada no capital da empresa incorporadora.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO
DE 2011
(em reais)

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.020.813	2.344.633
Resultado abrangente do exercício	6.020.813	2.344.633
	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.020.813	2.344.633
Resultado abrangente do exercício	6.020.813	2.344.633
Atribuído a sócios controladores	6.089.335	1.738.227
Atribuído a sócios não controladores	(68.522)	606.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(em reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.020.813	2.344.633	6.020.813	2.344.633
Itens que não afetam o caixa:				
Equivalência patrimonial (nota 11)	(1.157.549)	(4.245.977)	-	-
Depreciação e amortização (notas 12, 13)	728.367	1.026.452	788.841	1.112.782
Variação nas contas de ativos e passivos				
Contas a receber (nota 6)	(415.387)	701.751	785.201	98.847
Despesas antecipadas (nota 7)	(56.865)	25.739	(148.609)	170.176
Impostos a recuperar (nota 8)	1.731.086	(373.687)	1.912.155	(572.040)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	110.747	2.384.799	290.624	173.544
Outros créditos a receber	(34.254)	73.220	(33.651)	161.115
Fornecedores e prestadores de serviços	45.262	(508.409)	(77.159)	(534.182)
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas (nota 16)	1.041.403	(664.157)	1.283.087	(923.600)
Obrigações tributárias (nota 17)	518.586	(426)	221.114	(73.613)
Provisões diversas (nota 19)	59.900	644.113	59.900	644.113
Obrigações por aquisição de investimento (nota 18)	(748.098)	(84.622)	(755.351)	(234.215)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.844.011	1.323.429	10.346.965	2.367.560
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado e intangível (notas 12, 13)	(56.207)	(401.613)	(64.800)	(411.569)
Resultado líquido na alienação de bens	406	97.548	7.188	100.940
Aquisição de investimentos ou aporte de capital (nota 11)	(212.604)	(364.656)	-	-
Prêmio por aquisição de ações em tesouraria de investida	92.859	-	92.859	-
Variação da participação dos minoritários	-	-	(202.702)	(268.675)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(175.546)	(668.721)	(167.455)	(579.304)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Distribuição de dividendos		457.586	(2.378.696)	(1.911.530)
Partes relacionadas (nota 10)	(1.430.959)	18.004	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 14)	7.578.897	3.499.914	7.903.897	4.999.914
Amortização de empréstimos e financiamentos (nota 14)	(1.870.360)	(3.849.868)	(3.336.524)	(4.208.704)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4.277.578	125.636	2.188.677	(1.120.320)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DISPONIBILIDADES	11.946.043	780.344	12.368.187	667.936
Disponibilidades no início do exercício	1.302.344	522.000	1.784.513	1.116.577
Disponibilidades no final do exercício	13.248.387	1.302.344	14.152.700	1.784.513
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DISPONIBILIDADES	11.946.043	780.344	12.368.187	667.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1 – RECEITAS	36.306.954	24.870.087	50.133.888	42.045.381
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	36.415.588	24.801.216	50.213.625	41.932.045
1.2 - Provisões para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	(108.634)	68.871	(79.737)	113.336
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(6.496.531)	(5.378.407)	(9.334.678)	(9.065.177)
2.1 - Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(4.254.751)	(1.809.338)	(6.346.201)	(4.812.601)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.	(2.241.780)	(3.569.069)	(2.988.477)	(4.252.576)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	29.810.423	19.491.680	40.799.210	32.980.204
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(728.367)	(1.026.415)	(788.841)	(1.106.788)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	29.082.056	18.465.265	40.010.369	31.873.416
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.373.541	4.276.307	1.229.057	56.126
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	1.157.549	4.245.977	-	-
6.2 - Receitas financeiras	1.215.992	30.330	1.229.057	56.126
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	31.455.597	22.741.572	41.239.426	31.929.542
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.455.597	22.741.572	41.239.426	31.929.542
8.1 - Pessoal	18.926.719	13.629.634	26.386.292	22.098.501
8.1.1 - Remuneração direta e F.G.T.S	16.558.474	11.696.603	22.991.373	18.916.274
8.1.2 - Benefícios	2.368.245	1.933.031	3.394.919	3.182.227
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	4.489.961	4.265.059	6.421.453	3.891.921
8.2.1 - Federais	2.957.927	3.290.019	4.270.174	2.187.071
8.2.2 - Estaduais	-	-	-	-
8.2.3 - Municipais	1.532.034	975.040	2.151.279	1.704.850
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	2.018.104	1.796.933	2.479.390	2.282.768
8.3.1 - Juros	1.022.860	1.036.565	1.123.366	1.159.553
8.3.2 - Aluguéis	995.244	760.368	1.356.024	1.123.215
8.4 - Remuneração de capitais próprios	6.020.813	3.049.946	5.952.291	3.656.352
8.4.1 - Dividendos	-	1.911.530	2.378.696	1.911.530
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	6.020.813	1.138.416	3.642.117	1.138.416
8.4.3 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(68.522)	606.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia foi constituída em 1996, tendo por objetivo social principal o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, visando o mercado financeiro. Foi a primeira empresa brasileira a buscar o desenvolvimento de um sistema com o conceito de *One-Stop-Shop* em seus aplicativos, implantando no mercado nacional padrões de empresas internacionais, desenvolvendo soluções abrangentes e integradas em tecnologia e negócios.

Atualmente a Senior Solution é líder deste mercado, atendendo grandes instituições financeiras, incluindo os 10 maiores bancos privados do país. O fortalecimento institucional e o maior volume de recursos aplicados nos últimos exercícios permitiram à Companhia investir em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, diversificação dos serviços e aquisição de outras empresas desse mercado.

A Companhia é Controladora da Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.) e Senior Solution Consultoria em Informática S.A. (anteriormente denominada Ecommerce Consultoria em Informática S.A.), empresas que têm por objetivo atuar de forma complementar às atividades da Companhia, oferecendo serviços e soluções nas áreas de Internet Banking e Seguros e Previdência, respectivamente.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia adquiriu o controle da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. (“Controlpart”), empresa Controladora da Controlbanc Consultoria Ltda. (“Controlbanc”), tradicional consultoria do segmento financeiro, estabelecida há mais de 20 anos no mercado nacional, tendo sido a responsável pela constituição de mais de 50 instituições financeiras neste exercício. Em 16/05/2012, os quotistas da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e da Controlbanc Consultoria Ltda. aprovaram a incorporação da empresa Controlbanc pela Controlpart. As condições da referida incorporação foram estabelecidas no Protocolo de Justificação de Incorporação, firmado em 30/04/2012.

Em 26/04/2012 a Companhia obteve o registro de Companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, tendo cumprido todos os requisitos estabelecidos na Instrução CVM nº 480 para registro na Categoria A. Nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e no artigo 53 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), foi requerido pela Companhia e seus acionistas, em 19 de dezembro de 2012, perante a CVM o registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 4.827.585 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, compreendendo: (i) a distribuição pública primária de 3.448.275 ações ordinárias emitidas pela Companhia, e (ii) a distribuição pública secundária de 1.379.310 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada exclusivamente no Brasil ao preço de R\$11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por ação. No dia 08/03/2013 houve a oferta pública inicial, no segmento de Bovespa Mais, com a liquidação ocorrendo em 12/03/2013.

Quaisquer dados não financeiros que porventura estejam incluídos neste relatório, tais como número de clientes e abrangência, market share, entre outros, não foram objeto de revisão por parte de nossos auditores independentes.

O resultado operacional do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em comparação com o exercício anterior, reflete os impactos positivos advindos dos relevantes investimentos e da reestruturação operacional ocorrida no final de 2010 e início do ano seguinte, resultando em maior lucratividade e melhor desempenho das operações.

A Companhia possui expectativa de lucros futuros suficientes para a recuperação dos montantes investidos. A Administração também prevê a equalização dos custos internos e o desenvolvimento de produtos, resultando na melhoria do EBITDA – que é o resultado operacional pleno.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

a) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards(IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board).

As datas das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com as datas das demonstrações financeiras da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme pela Controladora.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com a eliminação do investimento e resultados de equivalência patrimonial nas empresas controladas, além dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas incluídas na consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações das Companhias Senior Solution Consultoria em Informática S.A., Senior Solution Serviços em Informática S.A. e Controlpart Consultoria e Participações Ltda - empresa Controladora da Controlbanc Consultoria Ltda, empresa incorporada em 30/04/2012, - cuja participação percentual na data do balanço é de 83,23%, 100% e 99,15% respectivamente.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de sua aquisição/incorporação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2012 e 2011, devem ser considerados as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

Em conformidade com os incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da Companhia declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras serão apresentadas ao Conselho de Administração em reunião a ser realizada em 27 de março de 2013.

b) Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da SENIOR SOLUTION S.A., as práticas adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas para avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Em conformidade com os incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da Companhia declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras serão apresentadas ao Conselho de Administração em reunião a ser realizada em 27 de março de 2013.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

a) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

I) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e, quando aplicável, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos e ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Os exercícios sociais e exercícios de encerramento das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

As empresas do Grupo possuem somente como objetivo o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, além de consultoria, visando o atendimento ao mercado financeiro. Muito embora os produtos sejam destinados a diversos segmentos dentro das instituições financeiras, estes não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.4 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes

da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

2.5 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas

aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A taxa de desconto utilizada durante o exercício de 2012 foi de 13,87%. As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos (tanto no curto quanto no longo prazo).

O cálculo de valor presente dos empréstimos e financiamentos foi efetuado seguindo a metodologia a seguir. Calculamos o valor futuro das amortizações mensais à taxa de juros de 7%, sendo esta taxa de juros contratada do financiamento, compreendendo a TJLP + 1%. No segundo passo, calculamos o valor presente das mesmas parcelas pela taxa de desconto obtida pela WACC apurado. A diferença entre o valor da dívida registrada e o valor presente calculado constitui o montante de ajuste.

O cálculo efetuado para obrigações por aquisição de investimento de curto e longo prazo, seguiu o seguinte método. Calculamos o valor futuro de cada parcela a ser paga levando em conta todo o custo da dívida definido em contrato, basicamente formado pela aplicação de juros anuais à taxa de 6% ao ano mais correção anual inflacionária pelo INPC, conforme definido em contrato (6% a.a. + INPC). No segundo passo, trouxemos a valor presente pela taxa de desconto WACC. A diferença entre o valor da dívida registrada e o valor presente calculado constitui o montante de ajuste.

2.6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.7 ATIVOS FINANCEIROS

2.7.1 CLASSIFICAÇÃO

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (b) empréstimos e recebíveis. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como instrumento de "hedge" (proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", com pagamentos fixos ou determináveis, os quais não são cotados sem um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.7.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

2.7.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4 IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2012, além do exercício de cinco anos variaram de 1% a 4% para um exercício de doze meses. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 13,53% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativas do valor em uso são como segue:

- Receitas – as receitas foram projetadas entre 2013 e 2017 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente. A Administração avalia que alterações nas premissas-chave não impactarão de forma significativa o resultado apresentado.

2.8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

2.9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de softwares, prestação de serviços de informática e consultoria no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado e no custo de capital representado pelo custo médio ponderado de capital (WACC).

2.10 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As empresas do Grupo não possuem valores relevantes de estoques de produtos, uma vez que suas atividades estão concentradas em serviços de tecnologia visando o mercado financeiro.

2.11 INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R1 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, A Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a marcas e patentes, softwares adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (softwares), além dos ágios e valor da carteira de clientes decorrentes das aquisições das empresas Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008), Senior Solution Consultoria em Informática S.A. e Controlpart Consultoria e Participações Ltda.. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ágios não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 11).

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

(a) **Ágio**

O ágio (goodwill) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou

subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade avaliado pelo valor justo (valor de mercado) de todos os seus ativos e passivos (Nota 11). Neste processo de apuração do valor do patrimônio líquido, a eventual existência de ativos não contabilizados que possuam valor justo, são individualizáveis e ainda podem ser negociados individualmente, é verificada.

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment).

(b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 11.

2.13 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12. O imobilizado está registrado em seu valor bruto de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que a empresa não se utiliza destes impostos como créditos fiscais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.14 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.15 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no

ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o

que exceder a R\$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e

são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Obrigações de aposentadoria

As empresas do Grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento.

As empresas não possuem qualquer responsabilidade sobre o fundo ou sobre sua Administração.

(b) Remuneração com base em ações

O Grupo oferece aos executivos, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, plano de remuneração com base em ações (“Stock Options”, nota 21), segundo o qual recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 – Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo.

2.20 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e preferencias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.21 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia aufer, principalmente, receitas de licenciamento de software, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

2.22 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.23 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º janeiro de 2013 e sua aplicação não resultará em alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes

conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma prevê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

(a) Perda (impairment) estimada do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.14. Os valores recuperáveis de Unidades

Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

A Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, dispõe sobre registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com a Instrução, o registro contábil do ativo fiscal diferido, pelas Companhias abertas, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, bem como a manutenção desse registro, deverão atender, cumulativamente, as seguintes condições:

- (i) apresentar histórico de rentabilidade;
- (ii) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos; e
- (iii) os lucros futuros referidos no inciso anterior deverão ser trazidos a valor presente com base no prazo total estimado para sua realização.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado.

O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para contingências

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota 19. Desta forma são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo possui uma diretoria financeira responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Conselho de Administração, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria financeira e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (hedge cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

4.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2012.

4.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e às variações do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos com clientes e fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP e IPCA, para financiamentos junto ao BNDES e para aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 98% a 104% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do programa para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação (PROSOFT), para os quais o BNDES considera as condições de cada

Companhia, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base no 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,25% para o ano de 2013 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Com isso foi atribuído aos valores a média entre 98% e 104% do CDI já que nossas aplicações estão atreladas aos juros do CDI.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Dez/2012</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
Aplicações financeiras	11.660.948	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
Média Juros equivalentes CDB (98% e 104%)		101% CDI	7,32%	5,49%	3,67%
Receita financeira			853.873	640.699	427.525

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2012, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data-base utilizada para os financiamentos foi de 31 de dezembro de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Dez/2012</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
BNDES - nº 8202451017	1.948.928	TJLP+1%	116.936	146.170	175.404
Taxa de variação			6,00%	7,50%	9,00%
BNDES - nº 11201401016	4.290.535	TJLP+1%	257.432	321.790	386.148
Taxa de variação			6,00%	7,50%	9,00%
Finame nº 31/495886	577	TJLP+6,9%	69	86	103
Taxa de variação			11,90%	14,88%	17,85%
Santander	4.042.167	12,95%	523.461	654.326	785.191
Taxa de variação			12,95%	16,19%	19,43%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

5. DISPONIBILIDADES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa	17	3	298	257
Bancos	1.587.422	801.128	2.491.454	1.283.043
Aplicações financeiras (a)	11.660.948	501.213	11.660.948	501.213
	13.248.387	1.302.344	14.152.700	1.784.513

- (a) Referem-se a fundo de investimento de renda fixa, CDB (Certificado de Depósito Bancário) média operações compromissadas de liquidez imediata, com juros médios equivalentes variando de 98% a 104% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.201	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Valores faturados	3.204.780	1.535.056	4.181.630	2.634.102
Serviços a faturar (prestar) (i)	(556.443)	734.141	(467.870)	1.777.199
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(173.253)	(209.500)	(425.642)	(337.982)
	2.475.084	2.059.697	3.288.118	4.073.319

- (i) O saldo negativo de 2012 refere-se ao montante proveniente de notas fiscais emitidas, cuja prestação de serviços não havia sido concluída até o encerramento do exercício.

A Companhia possui a política de emissão de suas notas fiscais com prazo médio de vencimento de 15 dias.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política a análise individual das notas fiscais pendentes de recebimento, independente de suas datas de vencimento, sendo registrada provisão para os casos em que a probabilidade de não recebimento é considerada provável pela Administração. Em 31 de dezembro de 2012 o montante da estimativa dos créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 425.642, no Consolidado, valor considerado adequado pela Companhia. Abaixo o movimento da referida provisão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(209.500)	(337.982)
Adições	(126.146)	(309.380)
Baixas	162.393	221.720
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(173.253)	(425.642)

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (aging list):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.201	31.12.201	31.12.201	31.12.201
Serviços a (prestar)	(556.443)	734.141	(467.870)	1.777.199
A vencer	2.224.357	1.050.127	2.826.431	1.774.659
Contas vencidas – de 1 a 30 dias	807.170	147.256	929.557	175.617
Contas vencidas – de 31 a 60 dias	-	8.792	-	157.512
Contas vencidas – de 61 a 90 dias	-	8.792	-	8.792
Contas vencidas – de 91 a 180 dias	-	6.411	-	6.411
Contas vencidas – de 181 a 360 dias	-	104.178	-	173.129
Contas vencidas – mais de 360 dias	-	-	-	-
	2.475.084	2.059.697	3.288.118	4.073.319

Aproximadamente 71% do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2012 estavam concentrados em cinco clientes, que são grandes instituições financeiras do país.

Do saldo a receber que se encontrava vencido em 31 de dezembro de 2012, foi liquidado o montante de R\$ 710 mil até 31 de janeiro de 2013, o que corresponde a 76% das notas fiscais vencidas.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são compostas basicamente por depósitos judiciais advindos de causas trabalhistas cujo qual a Companhia faz parte, bem como de depósito caução realizado junto a um dos nossos clientes como pré-requisito para o início da prestação do serviço.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.201	31.12.201	31.12.201	31.12.201
IR retido na fonte (a)	133.212	1.167.984	526.729	1.700.230
PIS, COFINS e CS retidos na fonte (a)	168.011	856.166	405.805	1.218.672
IRPJ e CSLL a compensar (b)	20.525	20.525	352.668	243.308
IR sobre aplicações financeiras	53.491	53.491	115.562	117.841
Outros impostos a recuperar	-	8.159	-	32.868
	375.239	2.106.325	1.400.764	3.312.919

(a) Refere-se ao imposto de renda, PIS, COFINS e contribuição social retidos na fonte no momento do faturamento, para o primeiro, e no recebimento dos valores para os demais tributos, por serviços prestados ou licenças de software.

(b) Antecipações de imposto de renda e contribuição social efetuados mensalmente, pendentes de compensação.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As composições incluem informações da Controladora Senior Solution S.A. e suas controladas apresentadas na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adiantamento PPR e Bônus	18.400	-	28.650	-
Adiantamento de férias	34.658	-	38.517	-
Outros créditos	3.559	22.363	5.007	38.523
	56.617	22.363	72.174	38.523

10. INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

As composições incluem informações da Controladora Senior Solution S.A. e suas controladas apresentadas na tabela abaixo:

Razão Social	% participação societária				
	31.12.2012	30.09.2012	30.06.2012	31.03.2011	31.12.2011
Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.)	100%	100%	100%	100%	100%
Senior Solution Consultoria em Informática S.A. (anteriormente denominada Ecommerce Consultoria em Informática S.A.) (i)	83,23%	83,23%	83,23%	83,23%	78,74%
Controlpart Consultoria e Participações Ltda. (ii)	99,15%	98,39%	98,39%	100%	100%
Controlbanc Consultoria Ltda. (iii)	n/a	n/a	97,91	97,91%	97,91%

- (i) A Controladora Senior Solution S.A. adquiriu, em 01 de janeiro de 2012, a totalidade das ações em tesouraria da empresa Senior Consultoria em Informática S.A., representadas por 23.454 ações ao valor unitário de R\$ 5,11. Uma vez que o acionista minoritário não exerceu sua opção de compra, na proporção de sua participação do patrimônio líquido da empresa investida, a Companhia registrou um prêmio na operação proveniente do aumento de sua participação patrimonial.
- (ii) Em 16/05/2012, os quotistas da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e da Controlbanc Consultoria Ltda. aprovaram a incorporação da empresa Controlbanc pela Controlpart. As condições da referida incorporação foram estabelecidas no Protocolo de Justificação de Incorporação, firmado em 30/04/2012. Com esta operação, a empresa investida Controlbanc Consultoria Ltda. deixou de existir e a participação da Companhia Senior Solution S.A. passou de 100% para 97,91%, devido à inclusão dos quotistas minoritários da empresa incorporada no capital da empresa incorporadora.
- (iii) O percentual constante até março de 2012 refere-se à participação indireta da Senior Solution S.A. através do investimento na Controlpart Consultoria e Participações Ltda. que, por sua vez, era controladora da Controlbanc Consultoria Ltda., com participação societária de 97,91%.

A tabela a seguir apresenta as informações referentes a saldos em aberto em 31 de dezembro de 2012 entre a Controladora Senior Solution S.A. e suas controladas:

Controladas	Valores devidos por partes relacionadas	Valores devidos a partes relacionadas	Valores devidos por partes relacionadas	Valores devidos a partes relacionadas
	31.12.2012		31.12.2011	
Senior Solution Serviços em Informática S.A.	762.057	-	-	476.813
Senior Solution Consultoria em Informática S.A.	-	893.432	-	976.403
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	351.911	-	-	75.833
Controlbanc Consultoria Ltda.	-	-	318.626	-
	1.113.968	893.432	318.626	1.529.049

Todas as transações com partes relacionadas referem-se a transações de mútuo e compartilhamento de gastos, não havendo transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as partes. Estas transações são executadas com base em contrato firmado entre as partes envolvidas.

As transações entre controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes, e são eliminadas para fins de consolidação.

11. INVESTIMENTOS

a) Informações das controladas

	Patrimônio líquido	Participação (%)	Resultado do Exercício	Total de Investimento		Resultado de Equiv. Patrimonial	
				31.12.2012	31.12.2011	2012	2011
Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.) (i)	1.470.514	100%	443.563	1.470.514	1.026.950	443.563	956.441

				Total de Investimento		Resultado de Equiv. Patrimonial	
Senior Solution Consultoria em Informática S.A. (anteriormente denominada Ecommerce Consultoria em Informática S.A.) (ii)	2.253.958	83,23%	(533.053)	1.875.969	2.100.204	(443.660)	909.417
Controlpart Consultoria e Participações Ltda. (iii)	13.028	99,15%	1.158.044	12.917	1.240.789	1.157.646	2.380.119
				3.359.400	4.367.943	1.157.549	4.245.977

- (i) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2009, a Companhia aumentou o capital social da controlada Senior Solution Serviços em Informática S.A. no valor de R\$1.302.765, com emissão de 1.302.765 ações ordinárias, mediante a conversão em capital do contrato de mútuo existente entre as partes.
- (ii) Em 30 de junho de 2011 a Companhia adquiriu participação de 16,7% de acionista minoritário da empresa investida Senior Consultoria em Informática S.A., perfazendo o total de participação de 78,74% após essa operação. Em 01 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu 23.454 ações em tesouraria, representando 4,49% do capital social da investida. Assim, a participação da Companhia na investida passa a ser de 83,23%.
- (iii) Em 30 de abril de 2010 a Companhia celebrou contrato de aquisição de 82,05% da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. (“Controlpart”), empresa Controladora da Controlbanc Consultoria Ltda. Em 30 de setembro de 2011 foi adquirida participação adicional de 5,98% de cotista minoritário. Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu o percentual remanescente, perfazendo o total de 100% do patrimônio da investida. Posteriormente, em 30 de abril de 2012, devido à incorporação da Controlbanc Consultoria Ltda. pela Controlpart Consultoria e Participações Ltda., o percentual de participação passou a ser de 97,91%. Em 30 de junho de 2012, a Companhia adquiriu o correspondente a 0,48% em participação, encerrando o primeiro semestre do ano com 98,39%. Por fim, em 30 de dezembro de 2012, foi adquirida a participação de 0,76 %, fechando o ano com 99,15%.

b) Movimentação dos investimentos

	Senior Solution Consultoria em Informática S.A.	Senior Solution Serviços em Informática S.A.	Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	Total
Investimentos em 31.12.2011	2.100.204	1.026.950	1.240.789	4.367.943
Aquisição de investimentos	219.426	-	-	219.426
Equivalência patrimonial	(3.985)	(189.723)	634.233	440.525
Distribuição de dividendos (i)	-	-	(660.529)	(660.529)
Investimentos em 31.03.2012	2.315.645	837.227	1.214.493	4.367.365
Aquisição de investimentos	-	-	(6.935)	(6.935)
Equivalência patrimonial	(65.094)	9.419	(301.425)	(357.100)
Distribuição de dividendos (i)	-	-	(631.070)	(631.070)
Investimentos em 30.06.2012	2.250.551	846.646	275.063	3.372.260
Aquisição de investimentos	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	164.815	259.682	598.160	1.022.657
Distribuição de dividendos (i)	-	-	(603.782)	(603.782)
Investimentos em 30.09.2012	2.415.366	1.106.328	269.441	3.791.135
Aquisição de investimentos	-	-	113	113
Equivalência patrimonial	(539.397)	364.186	226.678	51.467
Distribuição de dividendos (i)	-	-	(483.315)	(483.315)
Investimentos em 31.12.2012	1.875.969	1.470.514	12.917	3.359.400

- (i) A empresa investida Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e sua controlada Controlbanc Consultoria Ltda (incorporada em 30 de abril de 2012) distribuíram dividendos a seus quotistas, ao longo do ano de 2012, no montante de R\$ 2.378.696, conforme Atas de Reunião de Quotistas devidamente registradas. De acordo com o Contrato Social da empresa, os lucros deverão ser preferencialmente distribuídos na proporção da participação dos sócios no capital social. Todavia, por deliberação dos sócios representando a totalidade das quotas representativas do capital social, os lucros poderão ser distribuídos desproporcionalmente.

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das controladas diretas, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

31 de Dezembro de 2011	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Senior Serviços em Informática S.A.	2.745.498	1.718.548	5.708.524	956.441
Senior Consultoria em Informática S.A.	3.236.349	569.084	4.616.060	1.030.236
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	2.495.621	1.254.832	-	2.802.805
Controlbanc Consultoria Ltda.(a)	2.200.779	1.543.305	5.502.707	3.009.639
31 de Dezembro de 2012	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Senior Serviços em Informática S.A.	2.662.930	1.192.417	6.384.734	443.563
Senior Consultoria em Informática S.A.	2.667.575	413.617	2.957.076	(533.052)
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	731.676	718.648	1.929.490	1.158.044

(a) Empresa incorporada pela Controlpart Consultoria e Participações Ltda. em 30/04/2012.

12. IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

	Controladora				
			31.12.2012	31.12.2011	
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 - 12	222.205	(163.476)	58.729	96.251
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	186.931	(76.974)	109.957	116.466
Móveis e utensílios	9 - 12	539.050	(266.607)	272.443	335.428
Computadores e periféricos	4 - 5	916.556	(822.261)	94.295	160.992
		1.864.74	(1.329.318)	535.424	709.137

	Consolidado				
			31.12.2012	31.12.2011	
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 - 12	343.414	(279.687)	63.727	103.367
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	204.833	(81.200)	123.633	129.905
Móveis e utensílios	9 - 12	699.502	(398.160)	301.342	372.935
Computadores e periféricos	4 - 5	1.358.69	(1.202.031)	156.667	253.559
		2.606.44	(1.961.078)	645.369	859.766

b) Movimentação Controladora

<u>Custo</u>	<u>Instalações e benfeitorias</u>	<u>Aparelhos e materiais elétricos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	222.205	170.720	540.300	951.793	1.885.018
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2012	222.205	170.720	540.300	951.793	1.885.018
Adições	-	7.212	-	1.978	9.190
Baixas	-	-	(1.250)	-	(1.250)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	222.205	177.932	539.050	953.771	1.892.958
Adições	-	3.600	-	1.092	4.692
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2012	222.205	181.532	539.050	954.863	1.897.650
Adições	-	5.399	-	-	5.399
Baixas	-	-	-	(38.306)	(38.306)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	222.205	186.931	539.050	916.556	1.864.742
<u>Depreciação</u>					
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	(125.954)	(54.254)	(204.872)	(790.801)	(1.175.881)
Adições	(18.780)	(9.331)	(27.168)	(29.858)	(85.137)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2012	(144.734)	(63.585)	(232.040)	(820.659)	(1.261.018)
Adições	(6.643)	(4.313)	(11.804)	(13.429)	(36.189)
Baixas	-	-	844	-	844
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	(151.377)	(67.898)	(243.000)	(834.088)	(1.296.363)
Adições	(6.097)	(4.492)	(11.803)	(13.292)	(35.684)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2012	(157.474)	(72.390)	(254.803)	(847.380)	(1.332.047)
Adições	(6.002)	(4.584)	(11.804)	(13.187)	(35.577)
Baixas	-	-	-	38.306	38.306
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	(163.476)	(76.974)	(266.607)	(822.261)	(1.329.318)
Saldo líquido 31 de Dezembro de 2012	58.729	109.957	272.443	94.295	535.424

c) Movimentação Consolidado

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	343.414	186.693	701.452	1.413.507	2.645.066
Adições	-	1.929	-	-	1.929
Baixas	-	-	-	(760)	(760)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2012	343.414	188.622	701.452	1.412.747	2.646.235
Adições	-	7.213	-	1.978	9.191
Baixas	-	-	(1.250)	-	(1.250)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	343.414	195.835	700.202	1.414.725	2.654.176
Adições	-	3.600	-	1.092	4.692
Baixas	-	-	-	(6.782)	(6.782)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2012	343.414	199.435	700.202	1.409.035	2.652.086
Adições	-	5.398	-	-	5.398
Baixas	-	-	(700)	(50.337)	(51.037)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	343.414	204.833	699.502	1.358.698	2.606.447
<u>Depreciação</u>					
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	(240.047)	(56.788)	(328.517)	(1.159.948)	(1.785.300)
Adições	(19.489)	(9.743)	(30.055)	(37.132)	(96.419)
Baixas	-	-	-	760	760
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2012	(259.536)	(66.531)	(358.572)	(1.196.320)	(1.880.959)
Adições	(7.112)	(4.740)	(13.711)	(22.209)	(47.772)
Baixas	-	-	844	-	844
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	(266.648)	(71.271)	(371.439)	(1.218.529)	(1.927.887)
Adições	(6.567)	(4.919)	(13.710)	(13.699)	(38.895)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2012	(273.215)	(76.190)	(385.149)	(1.232.228)	(1.966.782)
Adições	(6.472)	(5.010)	(13.711)	(20.140)	(45.333)
Baixas	-	-	700	50.337	51.037
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	(279.687)	(81.200)	(398.160)	(1.202.031)	(1.961.078)
Saldo líquido 31 de Dezembro de 2012	63.727	123.633	301.342	156.667	645.369

13. INTANGÍVEL

a) Abertura do intangível

	Vida (anos)	Custo	Amortizaçã acumulada	Controladora	
				31.12.2012	31.12.2011
				Líquido	Líquido
Ágio pela aquisição de controladas -					
Goodwill (i)	-	10.158.9	(1.121.582)	9.037.410	9.037.410
Desenvolvimento de novos produtos (ii)	5	5.091.48	(4.591.171)	500.310	1.000.620
Direito de uso de softwares	5	178.976	(101.066)	77.910	76.453
Valor carteira de clientes Controlbanc (iii)	1,4	663.000	(663.000)	-	-
Marcas e patentes	-	613.232	-	613.232	613.232
		16.705.6	(6.476.819)	10.228.862	10.727.715

	Vida (anos)	Custo	Amortizaçã Acumulada	Consolidado	
				31.12.2012	31.12.2011
				Líquido	Líquido
Ágio pela aquisição de controladas -					
Goodwill (i)	-	10.158.992	(1.121.582)	9.037.410	9.037.410
Desenvolvimento de novos produtos (ii)	5	5.091.481	(4.591.171)	500.310	1.000.620
Direito de uso de softwares	5	278.446	(171.628)	106.818	123.340
Valor carteira de clientes Controlbanc (iii)	1,4	663.000	(663.000)	-	-
Marcas e patentes		626.726	-	626.726	626.726
		16.818.645	(6.547.381)	10.271.264	10.788.096

- (i) A Companhia possui ágios decorrentes das diferenças entre os valores de aquisição e os respectivos patrimônios líquidos a valor justo das controladas Senior Solution Consultoria em Informática S.A., Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008) e Controlpart Consultoria e Participações Ltda., apurados na data de aquisição, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Tais ágios são testados anualmente para *impairment* e nenhuma perda foi registrada.

(ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento das últimas versões dos módulos do software da Companhia, Senior Banking Solution – SBS e E-Funds (incorporado pela controlada Intellectual Capital Ltda.). Sua recuperabilidade foi testada e o seu saldo líquido será amortizado conforme sua vida útil econômica, ou seja, até que novas versões dos respectivos módulos sejam lançadas pela Companhia ou de forma linear em 5 anos para os casos que não há perspectiva de novas versões.

(iii) Valor da carteira de clientes avaliada na data da aquisição da Controlpart Consultoria e Participações Ltda., com base em contratos e propostas vigentes e relacionamento com clientes.

b) Movimentação Controladora

	Ágio pela aquisição de controladas - <i>Goodwill</i>	Desenvolvimento de novos produtos	Direito de uso de softwares	Valor carteira de clientes	Marcas e patentes	Total
Custo						
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	10.158.992	5.091.481	142.049	663.000	613.232	16.668.75
Adições	-	-	3.691	-	-	3.691
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2012	10.158.992	5.091.481	145.740	663.000	613.232	16.672.44
Adições	-	-	1.440	-	-	1.440
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	10.158.992	5.091.481	147.180	663.000	613.232	16.673.88
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2012	10.158.992	5.091.481	147.180	663.000	613.232	16.673.88
Adições	-	-	31.796	-	-	31.796
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	10.158.992	5.091.481	178.976	663.000	613.232	16.705.68
Depreciação						
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	(1.121.582)	(4.090.861)	(65.596)	(663.000)	-	(5.941.039)
Adições	-	(125.077)	(15.653)	-	-	(140.730)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2012	(1.121.582)	(4.215.938)	(81.249)	(663.000)	-	(6.081.769)
Adições	-	(125.078)	(7.358)	-	-	(132.436)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	(1.121.582)	(4.341.016)	(88.607)	(663.000)	-	(6.214.205)
Adições	-	(125.078)	(6.121)	-	-	(131.199)
Baixas	-	-	-	-	-	-

	Ágio pela aquisição de controladas - <i>Goodwill</i>	Desenvolvimento de novos produtos	Direito de uso de softwares	Valor carteira de clientes	Marcas e patentes	Total
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2012	(1.121.582)	(4.466.094)	(94.728)	(663.000)	-	(6.345.404)
Adições	-	(125.077)	(6.338)	-	-	(131.415)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	(1.121.582)	(4.591.171)	(101.066)	(663.000)	-	(6.476.819)
Saldo líquido 31 de Dezembro de 2012	9.037.410	500.310	77.910	-	613.232	10.228.86

c) Movimentação Consolidado

	Ágio pela aquisição de controladas - <i>Goodwill</i>	Desenvolvimento de novos produtos	Direito de uso de softwares	Valor carteira de clientes	Marcas e patentes	Total
Custo						
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	10.158.992	5.091.481	241.519	663.000	626.726	16.781.718
Adições	-	-	3.691	-	-	3.691
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2012	10.158.992	5.091.481	245.210	663.000	626.726	16.785.409
Adições	-	-	1.440	-	-	1.440
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	10.158.992	5.091.481	246.650	663.000	626.726	16.786.849
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2012	10.158.992	5.091.481	246.650	663.000	626.726	16.786.849
Adições	-	-	38.459	-	-	38.459
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	10.158.992	5.091.481	285.109	663.000	626.726	16.825.308
Depreciação						
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	(1.121.582)	(4.090.861)	(118.179)	(663.000)	-	(5.993.622)
Adições	-	(125.077)	(22.735)	-	-	(147.812)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2012	(1.121.582)	(4.215.938)	(140.914)	(663.000)	-	(6.141.434)
Adições	-	(125.078)	(11.034)	-	-	(136.112)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	(1.121.582)	(4.341.016)	(151.948)	(663.000)	-	(6.277.546)
Adições	-	(125.078)	(10.000)	-	-	(135.078)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2012	(1.121.582)	(4.466.094)	(161.948)	(663.000)	-	(6.412.624)
Adições	-	(125.077)	(16.343)	-	-	(141.420)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	(1.121.582)	(4.591.171)	(178.291)	(663.000)	-	(6.554.044)

	Ágio pela aquisição de controladas – <i>Goodwill</i>	Desenvolvimento de novos produtos	Direito de uso de softwares	Valor carteira de clientes	Marcas e patentes	Total
Saldo líquido 31 de Dezembro de 2012	9.037.410	500.310	106.818	-	626.726	10.271.264

d) *Ágio (Goodwill)*

	Valor proporcional do PL na data de aquisição	Valor de aquisição total	Ágio (<i>Goodwill</i>)	Amortização acumulada	Saldo em 31.12.2012	Saldo em 31.12.2011
Senior Solution Consultoria em Informática S.A. Intellectual Capital Ltda.	291.446	1.590.283	1.298.837	(338.674)	960.163	960.163
Controlpart Consult e Part Ltda.	660.482	6.797.006	6.136.524	(782.908)	5.353.616	5.353.616
	1.146.172	3.869.803	2.723.631	-	2.723.631	2.723.631
	2.098.100	12.257.092	10.158.992	(1.121.582)	9.037.410	9.037.410

Conforme pronunciamento técnico CPC nº 04 – Ativo Intangível, esses ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. Para o exercício de 2011, a Administração testou a recuperabilidade destes ativos e não houve a necessidade de constituir uma provisão para redução aos seus valores recuperáveis.

A entidade deve atribuir vida útil indefinida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o exercício durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Companhia.

A vida útil do ágio registrado na Companhia foi classificada como sendo indeterminada, com base na análise dos seguintes fatores considerados relevantes pela Administração:

- Não é possível prever a utilização do ativo pela Companhia em um determinado prazo de tempo;
- Não houve meios de estimar os ciclos de vida típicos do ativo em questão;
- Apesar de poder ser aplicada à característica do ativo a obsolescência técnica, tecnológica ou até mesmo a comercial, a Companhia efetua constantes investimentos de desenvolvimento dos ativos em questão, não existindo qualquer decisão relacionada à descontinuidade dos ativos.

Os itens acima demonstram que não existe um limite previsível para o exercício durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Companhia.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos é a seguinte:

	Encargos	Vencimento	Controladora	
			31.12.2012	31.12.2011
BNDES – nº 8202451017 (i)	TJLP + 1% a.a.	15/06/2014	1.948.928	3.262.256
BNDES - nº 11201401016 (ii)	TJLP + 1% a.a.	15/08/2018	4.290.535	-
Finame nº 31/451308 (iii)	TJLP + 5.3% a.a.	15/01/2012	-	19.432
Finame nº 31/495886 (iv)	TJLP + 6.9% a.a.	15/01/2013	577	7.990
Cartão BNDES	11,8% a.a.	15/09/2015	69.181	89.257
HSBC Capital de Giro	23,1% a.a.	07/05/2012	-	263.741
Itaú Capital de Giro	19,6% a.a.	09/08/2012	-	221.454
Empréstimo Santander (v)	12,95% a.a.	01/12/2016	4.042.167	344.442
Ajuste a valor presente			(727.958)	(293.679)
Total			9.623.430	3.914.893
(-) Circulante			(2.160.622)	(1.984.116)
Não circulante			7.462.808	1.930.777

	Encargos	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2012	31.12.2011
BNDES – nº 8202451017 (i)	TJLP + 1% a.a.	15/6/2014	1.948.928	3.262.256
BNDES - nº 11201401016 (ii)	TJLP + 1% a.a.	15/08/2018	4.290.535	-
Finame nº 31/451308 (iii)	TJLP + 5.3% a.a.	15/01/2012	-	19.432
Finame nº 31/495886 (iv)	TJLP + 6.9% a.a.	15/1/2013	577	7.990
Cartão BNDES	11,8% a.a.	15/09/2015	69.181	89.257
HSBC Capital de Giro	23,1% a.a.	07/05/2012	-	263.741
Itaú Capital de Giro	19,6% a.a.	09/08/2012	-	1.362.618
Empréstimo Santander (v)	12,95% a.a.	01/12/2016	4.042.167	344.442
Ajuste a valor presente			(727.958)	(293.679)
Total			9.623.430	5.056.057
(-) Circulante			(2.160.622)	(3.125.280)
Não circulante			7.462.808	1.930.777

(i) Em 12 de junho de abril de 2008 foi firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contrato de financiamento no valor total de R\$ 5.192.000 destinado a investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos voltados para o segmento financeiro, estudos e projetos, infraestrutura, treinamento e qualidade, marketing e comercialização, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (PROSOFT). Até 31 de dezembro de 2008 foi disponibilizado à Companhia cerca de R\$ 3.000.000 e, em 2009 foram liberados R\$ 2.192.000. Os juros incidentes correspondem a TJLP acrescida de 1% a.a. e os pagamentos são trimestrais entre meados de 2008 e 2010 e mensais a partir de 15 de julho de 2010.

(ii) Em 17 de abril de 2012 e em 24 de setembro de 2012, a Companhia recebeu a primeira e a segunda liberação do quarto empréstimo do BNDES nos valores de R\$2.850.000 e 1.425.000, respectivamente, também dentro do programa BNDES Prosoft - Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação. O contrato firmado entre as partes prevê um total de R\$ 5.700.000 de empréstimos, cuja parte remanescente somente será liberada a partir da comprovação periódica de destinação dos recursos.

Os contratos com o BNDES possuem carência de até 24 meses e prazo de amortização de 48 meses, além de preverem fiança dos intervenientes controladores relacionados nos mesmos. Os representantes legais das Holdings SR23 Empreendimentos e Participações Ltda e Netage Partners Empreendimentos e Participações Ltda são interveniente fiadores.

(iii) Em 26 de outubro de 2007 foi realizado junto ao UNIBANCO o financiamento (FINAME) no valor de R\$ 84.520 referente à Central Telefônica à taxa de juros de longo prazo – TJLP mais 5,3% a.a. com carência de 12 meses, com pagamento de juros trimestralmente durante o exercício de carência, a partir de 15/02/2008, e mensais, junto às prestações de principal durante o exercício de amortização. O principal segue a amortização em 48 parcelas mensais a partir do término do exercício de carência. O próprio bem financiado (Central Privada de Comutação Telefônica, modelo HIPATH 4.300) está como garantia real.

- (iv) Em 13 de outubro de 2008 foi contratado junto ao UNIBANCO o financiamento (FINAME) no valor de R\$ 27.000 referente a microcomputadores à taxa de juros de longo prazo – TJLP mais 6,9% a.a., com carência de 3 meses, com pagamento de juros trimestralmente durante o exercício de carência, a partir de 15/01/2009, e mensais, junto às prestações de principal durante o exercício de amortização. O principal segue a amortização em 48 parcelas mensais a partir do término do exercício de carência. São considerados como garantia 12 Microcomputadores Portáteis Dell Latitude D530 com processador Intel.
- (v) Em 30 de novembro de 2012 foi acordado junto ao Santander o contrato de empréstimo nº 00331350300000002730 no valor de R\$ 4.000.000 à taxa de juros de 12,95% a.a, com carência de 2 meses e prazo de pagamento de 4 anos.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2012	31.12.2012
2014	2.255.705	2.255.705
2015	2.002.563	2.002.563
2016	1.996.879	1.996.879
2017	1.029.987	1.029.987
2018	177.674	177.674
	7.462.808	7.462.808

14.1 COVENANTS

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Os faturamentos aos clientes são efetuados conforme previsão em contrato e obedecendo ao cronograma acordado com o cliente. Entretanto, os faturamentos efetuados cuja receita não possa ser reconhecida, em função do não atendimento aos critérios de reconhecimento de receita, são registrados na rubrica “adiantamento de clientes”.

16. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Salários e honorários a pagar	61.218	163.238	64.716	225.699
INSS/FGTS a recolher	315.650	171.165	417.671	252.336
IRRF sobre salários	215.822	300.134	285.277	382.462
Provisão para férias	1.036.288	658.041	1.363.725	934.974
Provisão para 13º salário e encargos	-	-	-	-
Bônus, comissão e participação nos resultados	1.045.858	367.508	1.457.626	480.762
Outros	134.491	107.838	139.402	169.097
	2.809.327	1.767.924	3.728.417	2.445.330

Plano Brasil Maior

Em agosto de 2011 o governo federal anunciou o Plano Brasil Maior, que trouxe algumas medidas que alteraram a metodologia de incidência do INSS patronal da folha de pagamento.

Por meio da Lei nº 12.546/2011, conversão da Medida Provisória nº 540/2011, foi determinada a substituição da alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração dos empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais. Assim, INSS patronal de 20% deverá ser substituído pela contribuição incidente sobre a receita bruta auferida por empresas que exploram determinadas atividades. Para as empresas de tecnologia da Informação (TI) e de tecnologia da informação e comunicação (TIC) a alíquota a ser aplicada é a de 2,5% sobre o faturamento. Este percentual foi alterado em agosto de 2012 para 2,0%, conforme Lei nº 12.715/2012, conversão da Medida Provisória nº 563/2012.

O prazo inicial do Plano Brasil Maior será de 01 de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2014.

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
IR e CS a recolher	630.852	110.813	761.706	372.868
ISS a recolher	269.683	111.893	321.221	170.654
Impostos parcelados (a)	-	-	-	50.684
PIS/COFINS a recolher	18.543	178.401	45.580	313.801
Outros impostos a pagar	44.871	44.256	44.871	44.257
Total	963.949	445.363	1.173.378	952.264

(a) Refere-se a parcelamento de INSS a pagar apurados no exercício entre maio de 2004 e junho de 2006 da empresa controlada Senior Solution Serviços de Informática S.A., divididos em 60 parcelas mensais, atualizadas pela taxa SELIC mais juros de 1% a.m. Em janeiro de 2012, a Companhia concluiu o pagamento desse parcelamento.

18. OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

a) Obrigações por aquisição de investimento – curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Aquisição Controlpart - valor fixo (i)	254.800	254.800	254.800	254.800
Aquisição Controlpart - valor variável (ii)	152.256	275.074	152.256	275.074
Aquisição Senior Consultoria (iii)	157.065	157.065	157.065	157.065
Ajuste a valor presente	(43.096)	(52.233)	(43.096)	(52.233)
	521.025	634.706	521.025	634.706

b) Obrigações por aquisição de investimento – longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Aquisição Controlpart - valor fixo (i)	1.613.733	1.868.533	1.613.733	1.868.533
Aquisição Controlpart - valor variável (ii)	705.000	980.073	705.000	980.073
Aquisição Senior Consultoria (iii)	130.887	289.385	130.887	289.385
Ajuste a valor presente	(128.402)	(173.647)	(128.402)	(173.647)
	2.321.218	2.964.344	2.321.218	2.964.344

- (i) Refere-se ao montante a ser pago pela aquisição da Controlpart Consultoria e Participações Ltda., correspondendo à 88 parcelas mensais restantes de R\$ 21.233,33.
- (ii) O valor variável refere-se ao pagamento mensal pela aquisição da Controlpart Consultoria e Participações Ltda., tendo como base de cálculo a variação positiva do EBITDA e do faturamento, de acordo com as cláusulas do contrato de compra e venda. A revisão do valor variável pela variação do EBITDA e faturamento foi concluída no exercício de 2012 e não haverá alterações, a partir do próximo exercício, do valor do principal.
- (iii) Valor a pagar pela aquisição de 16,77% de participação na Senior Solution Consultoria em Informática S.A. em 30 de junho de 2011, correspondendo a 22 parcelas mensais de R\$13.088,75.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade da constituição de provisão para contingências, no qual julga suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho destes.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012, e estas se referem a processos judiciais trabalhistas em andamento e risco previdenciário:

	<u>Controladora</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2012</u>		<u>31.12.2011</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos</u>
Não circulante – processos trabalhistas e previdenciários	1.446.595	70.155	1.386.695	23.026

Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

Previdenciário

A Companhia revisa tempestivamente o risco de autuação previdenciária decorrente da contratação de prestadores de serviços e gerencia esses contratos de forma a mitigar sua exposição a questionamentos e multas em caso de fiscalização dos órgãos competentes.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 10.495.351, totalmente subscrito e integralizado, representado por 8.207.408 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

No dia 07 de dezembro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram e aprovaram por unanimidade o desdobramento da totalidade das 1.025.926 (hum milhão, vinte e cinco mil e novecentos e vinte e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada ação ordinária existente passaria a ser representada por 8 (oito) ações ordinárias. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser representado por 8.207.408 (oito milhões, duzentos e sete mil, quatrocentos e oito) ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como por nossos administradores:

Acionistas	31.12.2012	
	Quantidade de ações	(%)
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.763.096	21,48%
Fundo Mútuo de Invest. em Emp. Emergentes - Stratus VC	1.343.240	16,37%
Bernardo Francisco Pereira Gomes	1.426.496	17,38%
Antonio Luciano de Camargo Filho	1.426.496	17,38%
Paulo Bueno de Mendonça	617.784	7,53%
Outros acionistas	1.630.296	19,86%
Total	8.207.408	100,00%

b) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, após a compensação dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, será destinada parcela à distribuição de dividendos aos acionistas, de no máximo 40% e no mínimo 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social.

21. PLANOS DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

O Acordo de Acionistas da Companhia assinado em 25 de novembro de 2005 estabelece a criação do Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias (“Plano”), cuja elaboração ficou a cargo do Comitê de Remuneração, constituído conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de abril de 2007. A aprovação do Plano se deu em Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de fevereiro de 2008. O objetivo do plano foi o de estimular a expansão e o atendimento das metas empresariais, bem como alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, a entidade deve estimar o valor justo dos instrumentos outorgados utilizando técnica de avaliação para estimar a que preço os respectivos instrumentos patrimoniais poderiam ser trocados, na data da mensuração, em transação sem favorecimentos, entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar. A técnica de avaliação deve ser consistente com as metodologias de avaliação geralmente aceitas para precificar instrumentos financeiros e deve incorporar todos os fatores e premissas conhecidas que seriam considerados pelos participantes do mercado no estabelecimento do preço.

O preço de exercício das opções outorgadas foi fixado em R\$ 16,82 (dezesseis reais e oitenta e dois centavos), sem considerar o desdobramento das ações ocorridas em 07 de dezembro de 2012, mencionado na nota 20. O preço de exercício deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV até a data da efetiva liquidação.

O modelo de avaliação utilizado para o cálculo do valor justo das ações ao final do vesting period foi o desconto de fluxos de caixa futuros pelo WACC (Weighted Average Cost of Capital ou Custo Médio Ponderado de Capital). O WACC foi determinado pela média ponderada dos custos de dívida e de capital próprio na estrutura de capital da Companhia e está diretamente relacionado ao risco associado aos fluxos de caixa futuros. A taxa de desconto calculada foi de 14,78% ao ano. Além disso, foi considerado um crescimento de 2,0% na perpetuidade.

A previsão de receita teve como ponto de partida as demonstrações financeiras auditadas de 2006 a 2009, obtendo-se previsibilidade do comportamento dos resultados da Companhia durante estes anos, além disso considera os movimentos mais prováveis de fusão, de acordo com a expectativa da Administração. Em relação às premissas utilizadas no modelo, destacam-se o Plano de Negócios da Companhia para os anos de 2010 e 2011 de novas aquisições, e crescimento estimado das receitas anuais em 5% para o ano de 2010 e 10% a partir de 2011. Custos e despesas foram estimados a partir da natureza fixa ou variável dos mesmos e consideram que o modelo de negócio permite alavancagem operacional relevante a medida que a base de software instalado aumenta e portanto dilui os custos e despesas fixas.

Foram ainda incorporadas ao modelo sinergias das aquisições previstas com base nos processos já ocorridos.

Além disso, no cálculo do fluxo de caixa livre foram utilizadas estimativas para imposto de renda/contribuição social, depreciações, amortizações, variação do capital de giro e Capex (plano de investimento em ativo fixo), com base no histórico ou em projeções da Administração.

O Plano entrou em vigor a partir da sua aprovação na Reunião do Conselho de Administração acima referida e poderá ser extinto, a qualquer tempo e sem prejuízo aos beneficiários, por decisão do Conselho de Administração. De acordo com o plano o *vesting period* é de 4 anos, ficando o exercício das opções dependendo de um evento de liquidez. O exercício das opções obedece a um cronograma estabelecido pela Administração, sendo este 25% do total das ações outorgadas em contrato a cada ano do exercício de vigência do mesmo. O Contrato de Opção de Compra de Ações Ordinárias estabeleceu que em 25 de março de 2007 os beneficiários fariam jus à outorga de Opção referente a 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto deste Contrato (ou seja, converterá em Opções Exercíveis, conforme o caso, $\frac{1}{4}$ das Opções objeto deste Contrato), devendo transcorrer a partir daquela data, 3 anos para completar 100% do total das ações.

O exercício das opções pelos beneficiários será efetivado na hipótese de Oferta Pública de Ações da Companhia e/ou de qualquer alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta, de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia que represente, em sua somatória, mais de 50% da totalidade do conjunto de ações e outros títulos conversíveis em ações de emissão da Companhia. O exercício das opções é de 30 dias após a notificação do Conselho de Administração da ocorrência de uma das hipóteses acima mencionadas. O pagamento pelo exercício deverá ser efetuado, salvo quando o Conselho de Administração determinar outra forma, em moeda corrente na data a ser determinada pelo Conselho de Administração.

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano, conforme previsto no artigo 171, §6º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos do Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie. Entretanto, nenhum beneficiário terá quaisquer direitos e privilégios de acionista até que sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano e do respectivo contrato de opção. Até a presente data não foi exercida nenhuma opção em decorrência do Plano.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

	<u>31.12.2012</u>
Quantidade de ações (i)	8.207.408
Opções outorgadas em vigor	257.912
Percentual máximo de diluição	3,14%

- (i) A quantidade de opções foi alvo de desdobramento em 07 de dezembro de 2012, na proporção de 1 opção para 8 opções.

O valor de mercado de cada opção outorgada foi estimado na data da outorga usando as estimativas futuras de faturamento da Companhia, deduzidas as dívidas e valor em caixa estimados para o exercício de 2010 (data estimada para o exercício das opções).

	<u>Ações</u>	<u>Preço de Exercício</u>
Em aberto no início do exercício (i)	235.704	2,56
Outorgadas durante o exercício	22.208	2,56
Canceladas durante o exercício	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-
Em aberto ao final do exercício	257.912	2,56

- (i) valor de exercício estabelecido em contrato atualizado pelo IGPM-FGV em 31.03.2010, quando as ações foram totalmente outorgadas. O valor do Preço de Exercício será atualizado pelo IGPM até a data do evento de liquidez ou da aquisição do direito à subscrição por parte da própria Companhia. A quantidade de opções foi alvo de desdobramento em 07 de dezembro de 2012, na proporção de 1 opção para 8 opções.

O Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento baseado em ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no Resultado e no Balanço Patrimonial da Companhia.

Para maiores informações sobre a liquidação do Plano de Stock Option da Companhia, veja a Seção “Eventos Subsequentes” deste relatório.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Softwares	20.035.014	15.294.423	20.398.751	15.136.197
Serviços	7.542.815	4.171.082	10.249.160	9.364.790
Consultoria	528.951	738.552	4.718.234	6.736.219
Outsourcing	8.308.808	4.597.159	14.847.480	10.694.839
Receita bruta de serviços	36.415.588	24.801.216	50.213.625	41.932.045
ISS	(1.532.034)	(975.040)	(2.151.278)	(1.704.850)
PIS e COFINS	(1.327.672)	(905.220)	(1.816.846)	(1.478.948)
Total da receita operacional líquida	33.555.882	22.920.956	46.245.501	38.748.247

A média de incidência de impostos sobre as vendas no exercício foi de 7,9%, abrangendo o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social) e o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o governo federal anunciou o Plano Brasil Maior, gerando impacto na tributação sobre as receitas da Companhia.

A Administração, por entender que a natureza deste imposto se refere a uma extensão dos custos trabalhistas, classifica os montantes apurados como custo ou despesa de salários com pessoal, não impactando a comparabilidade das informações financeiras. O montante calculado do imposto foi de R\$ 1,148 milhões, estando registrado integralmente nos custos e despesas da Companhia.

Em relação à habitualidade das receitas, 60% são classificadas pela Companhia como recorrentes, pois são oriundas de contratos de longo prazo ou renováveis automaticamente, com alta frequência de renovação. Em 31 de dezembro de 2011, as receitas recorrentes representaram 62% da receita líquida total da Companhia. As receitas recorrentes estão concentradas nas unidades de Software e de Outsourcing.

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Mão de obra terceirizada	3.694.947	1.252.511	5.367.304	3.390.163
Pessoal	11.777.398	9.948.680	18.697.269	17.006.673
Outros custos	403.059	528.887	822.152	1.394.498
	15.875.404	11.730.078	24.886.725	21.791.334

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.201	31.12.201	31.12.201	31.12.201
Serviços de terceiros	632.310	679.796	1.128.764	1.455.082
Pessoal	4.092.066	2.699.530	4.293.329	3.531.179
Aluguéis, seguros e condomínios	995.244	760.368	1.356.024	1.123.215
Complemento (Reversão) provisão para bônus	616.844	3.124	955.283	496.103
Complemento (Reversão) provisão devedores	108.634	(68.871)	79.737	(113.336)
Complemento (Reversão) provisão para contingência	417.559	705.313	417.559	705.313
Energia, comunicação e outros	645.082	594.828	681.315	904.491
Consultores, advogados e auditores (i)	596.393	646.787	713.458	1.144.672
Despesas centro de serviços compartilhado	-	1.101.255	-	-
Outros gastos (i)	215.383	469.342	300.635	512.837
	8.319.515	7.591.472	9.926.104	9.759.556

(i) Das despesas listadas nestes itens, R\$ 396 mil se referem ao processo de Oferta Pública de Ações (IPO – Initial Public Offering).

As despesas classificadas como outros gastos referem-se principalmente a outras provisões e demais materiais e insumos necessários à operação.

25. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Despesas Financeiras:				
Juros do Passivo	167.461	130.776	176.509	144.440
Juros s/ Empréstimos	456.934	490.453	540.213	558.610
Despesas Bancárias	8.402	12.133	11.635	21.940
Ajuste a valor presente	316.206	316.922	316.206	316.922
Despesas com IOF	71.331	60.630	74.654	78.267
Outros	2.526	25.651	4.149	39.374
Receitas Financeiras:				
Rendimento de aplicação	(218.249)	-	(218.249)	-
Juros do Ativo	(265.271)	(30.330)	(276.357)	(56.126)
Ajuste a valor presente	(696.103)	-	(696.103)	-
Descontos obtidos	(36.369)	-	(38.348)	-
	(193.132)	1.006.235	(105.691)	1.103.427

26. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes e são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa acumulados.

Imposto de renda corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	7.651.068	4.729.432
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	2.601.363	1.608.007
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(666.237)	(8.869)
Ajustes receita por competência	405.450	85.254
Provisão para pagamento de bônus	188.592	(9.024)
Provisão para contingência	20.366	239.806

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
Provisão para devedores duvidosos	(12.324)	(22.015)
Equivalência patrimonial	(393.567)	(1.443.632)
Provisão PPR	90.656	(141.344)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem	(74.392)	-
Pagamento de associação de classes	10.716	23.430
PAT e outras diferenças permanentes	7.154	281
Ajuste a valor presente	(129.165)	107.753
Amortização de ágio dedutível	(489.688)	(580.696)
Prejuízo fiscal de investidas e lucro presumido(a)	-	141.049
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva(a)	1.558.924	-
	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	8.405.620	3.659.162
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	2.857.911	1.244.115
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(739.567)	(8.869)
Ajustes receita por competência	409.364	88.333
Provisão para pagamento de bônus	233.039	(9.024)
Provisão para contingência	20.366	239.806
Provisão para devedores duvidosos	(23.947)	(28.465)
Equivalência patrimonial	(393.567)	-
Provisão PPR	81.755	(168.917)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem	(74.392)	-
Pagamento de associação de classes	18.662	29.222
PAT e outras diferenças permanentes	14.352	108.034
Ajuste a valor presente	(129.165)	-
Amortização de ágio dedutível	(489.688)	(580.696)
Prejuízo fiscal de investidas e lucro presumido(a)	593.552	(378.960)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva(a)	2.378.675	534.579

(a) A controlada Senior Solution Consultoria em Informática S.A. apresentou prejuízo fiscal no exercício. A controlada Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Controlbanc Consultoria Ltda. (incorporada em abril de 2012) seguem o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social através do lucro presumido. A Controladora apresentou lucro fiscal no exercício.

O aumento na taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social corrente, em relação ao exercício anterior, se deve ao aumento da base de cálculo ocasionado pela redução do saldo de serviços a faturar, devido à antecipação da emissão de notas fiscais, ocorrida principalmente em dezembro de 2012.

Imposto de renda diferido

Abaixo a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	994.937	1.294.890	3.007.723	3.287.783
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.906	27.999	77.498	43.269
Provisão para participação nos lucros	-	97.745	-	161.576
Provisão para contingência e outras obrigações	491.842	76.213	491.842	76.213
Ágio em combinação de negócios	-	159.480	-	159.480
Outras provisões	-	105	-	139.366
	1.545.685	1.656.432	3.577.063	3.867.687

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, aprovados pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários diferidos, registrados no ativo não circulante, em um prazo de aproximadamente 5 anos.

27. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controlada pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluídos por ação:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Resultado básico por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	6.020.813	2.344.633
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias (i)	8.207.408	8.207.408
Resultado básico por ação	0,73	0,29
	2012	2011
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	6.020.813	2.344.633
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias (i)	8.207.408	8.207.408
Média ponderada de número de opções de ações (i)	257.912	257.912
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	8.465.320	8.465.320
Resultado diluído por ação	0,71	0,28

- (i) No dia 07 de dezembro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram e aprovaram por unanimidade o desdobramento da totalidade das 1.025.926 (um milhão, vinte e cinco mil e novecentos e vinte e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada ação ordinária existente passaria a ser representada por 8 (oito) ações ordinárias. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser representado por 8.207.408 (oito milhões, duzentos e sete mil, quatrocentos e oito) ações ordinárias. Com este desdobramento a análise com relação ao ano de 2011 fica distorcida, desta forma, para efeito de comparação deixamos o número das ações de 2011 iguais ao número de ações de 2012.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.153, de 23 de janeiro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A Companhia não possui derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos. A política da Companhia não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Valor justo de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, além de outras obrigações, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais se aproximam dos valores de mercado naquela data.

Gestão de Risco Financeiro

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (hedge cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possuem operações com moeda estrangeira significativas.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) **Gestão de capital**

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde etc. A Administração da Companhia e suas controladas entendem que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidades</u>	<u>Importâncias Seguradas</u>
Riscos Operacionais	R\$ 4.471.843
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$10.000.000

O Grupo Senior adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios devidamente pagos. O Grupo realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

30. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o ano de 2012, os honorários dos administradores das empresas do Grupo totalizavam R\$ 1.477.854 considerando os encargos trabalhistas e previdenciários aplicáveis, e foram apropriados como despesa.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus e previdência privada.

Remuneração com base em ações

Os membros da Administração (presidente, diretores e vice-presidentes) participam do Plano de Outorga de Opção de ações, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, vide Nota 21.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Oferta Pública Inicial de Ações – Bovespa Mais

Nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e no artigo 53 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), foi requerido pela Companhia e seus acionistas, em 19 de dezembro de 2012, perante a CVM o registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 4.827.585 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal,

de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, compreendendo: (i) a distribuição pública primária de 3.448.275 ações ordinárias emitidas pela Companhia, e (ii) a distribuição pública secundária de 1.379.310 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada exclusivamente no Brasil ao preço de R\$11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por ação.

No dia 08/03/2013 houve a oferta pública inicial, no segmento de Bovespa Mais, com a liquidação ocorrendo em 12/03/2013.

Os recursos líquidos captados na oferta primária serão empregados na ampliação de nossa participação no mercado de software aplicativo para o setor financeiro, da seguinte forma: (i) potenciais aquisições de empresas que possam ser consideradas estratégicas para a expansão dos negócios da Companhia, tanto no Brasil como no exterior; (ii) pesquisa e desenvolvimento de produtos (softwares) e serviços; e (iii) capital de giro.

Liquidação Antecipada do Plano de Stock Option de Ex-executivos

Conforme descrito em Nota 21, nosso Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias foi aprovado em reunião de conselho, em 26 de fevereiro de 2008, e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2012.

No dia 06 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou por unanimidade, a liquidação antecipada do plano de opção dos beneficiários que se desligaram da Companhia, os Srs. Jakson Peters, Carlos Alberto Sangiorgio, e Santiago Taffarel e Silva. A liquidação antecipada para beneficiários desligados está prevista no Plano de Opção. Desta forma, não houve diluição para os acionistas e investidores no momento da oferta pública de ações, ocorrida no dia 08/03/2013, no montante das opções exercíveis por estes beneficiários. A recompra das opções foi realizada nos termos do Capítulo XI do referido plano.

A tabela abaixo apresenta todos os beneficiários do Plano de Opção objeto da liquidação antecipada supracitada e o número de opções objeto da recompra (sem considerar o desdobramento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de dezembro de 2012):

Data da Outorga	Beneficiário	Opções Exercíveis⁽¹⁾	Preço de Exercício (R\$)⁽²⁾
21/06/2011	Jakson Peters ⁽³⁾	2.135	16,82
27/03/2008	Carlos Alberto Sangiorgio ⁽³⁾	6.832	16,82
27/03/2008	Santiago Taffarel e Silva ⁽³⁾	6.832	16,82
Total		15.799	

⁽¹⁾ A Quantidade por Opções foi alvo de um desdobramento em 07 de dezembro de 2012 de 1 opção para 8 opções.

⁽²⁾ Devido ao desdobramento ocorrido em 07 de dezembro de 2012 de 1 opção para 8 opções, o preço de exercício passou a ser de R\$2,10. De acordo com o artigo 23 do Plano de Opção, o preço de aquisição previsto nos contratos de opção será atualizado pelo IGP-M FGV, calculado pro rata temporis por dias úteis, até a data da efetiva subscrição e/ou aquisição, conforme detalhado nos respectivos contratos.

⁽³⁾ No dia 06 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou por unanimidade, a liquidação antecipada do plano de opção dos beneficiários que se desligaram da Companhia, os Srs. Jakson Peters, Carlos Alberto Sangiorgio, e Santiago Taffarel e Silva. A liquidação antecipada para beneficiários desligados está prevista no Plano de Opção. Desta forma, não haverá diluição para os acionistas e investidores no momento da Oferta no montante das opções exercíveis por estes beneficiários.

Evento de Liquidez para o Exercício do Plano de Opção

De acordo com o Plano de Opção da Companhia, detalhado na nota explicativa 18 deste relatório, seus beneficiários somente poderão exercer suas opções ocorrendo um dos seguintes eventos de liquidez: (i) Alienação do Controle; ou (ii) Oferta Pública de nossas Ações.

Com a oferta pública de ações da Companhia ocorrida no dia 08 de março de 2013, os beneficiários terão 30 dias da data da notificação efetuada pelo Conselho de Administração, acerca da ocorrência do evento de liquidez, para de fato, exercerem suas respectivas opções.

A emissão de ações mediante o exercício das opções no âmbito do Plano de Opção resultará em uma diluição aos nossos acionistas atuais equivalente a 1,60% (sem considerar as ações emitidas no âmbito da oferta).

Até a data deste relatório, nenhuma opção outorgada no âmbito do Plano de Opção havia sido exercida.

Liquidação Antecipada do Contrato de Empréstimo

Conforme nota 14, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía um empréstimo junto ao Banco Santander no montante de R\$ 4,042 milhões, juros de 12,95% ao ano, e prazo de amortização de 48 meses. Tal empréstimo foi liquidado antecipadamente, por opção da Administração da Companhia em 08 de março de 2013.

* * *